

O fim da segunda escravidão

Quando as pessoas morrem, em seus atestados de óbito consta apenas a causa biológica da morte. Caso constassem as razões políticas por trás disso, teríamos uma imagem clara do genocídio devastador iniciado após a Organização Mundial do Comércio (OMC) ter estabelecido que medicamentos essenciais e ferramentas médicas são patenteáveis. Essa decisão política foi tomada há 26 anos, o que também significa 8 pandemias atrás¹. Ao longo dessas pandemias, milhões de pessoas tiveram acesso negado a tecnologias de saúde que poderiam ter salvado suas vidas. As patentes farmacêuticas foram suas sentenças de morte. Agora, enfrentamos a pior pandemia em décadas e, enquanto procuramos por ferramentas de prevenção e tratamento para combater a Covid-19, começamos a ver novamente as rachaduras em nosso senso de humanidade comum. Em breve, estaremos divididos entre os salvos por vacinas e medicamentos e os condenados ao sofrimento contínuo — entre sociedades recuperadas e sociedades em colapso.

Este é um desastre causado pelo homem. É uma escolha política por um sistema baseado em divisão e exclusão. As patentes farmacêuticas são essencialmente usadas para criar muros. Como é o caso de qualquer muro físico ou imaginário, a justificativa é a proteção. Inevitavelmente, a sensação de proteção é mais forte quando os que estão fora dos muros são eliminados. No contexto dos medicamentos, a narrativa é que eles devem ser caros para garantir que a inovação continue. As patentes existem para proteger altos preços e, supostamente, a vontade de inovar.

¹ Este número inclui o anúncio da Organização Mundial da Saúde (OMS), em 1993, de Tuberculose como uma Emergência Global em Saúde; a resolução da Assembleia Mundial da Saúde (AMS) de 2000, que solicita à OMS que prepare uma “Estratégia Global de Saúde para o HIV/AIDS”; as cinco Emergências de Saúde Pública de Importância Internacional declaradas após a emissão do Regulamento Sanitário Internacional em 2005; e a resolução da Assembleia Mundial da Saúde (AMS) de 2014, que aborda a pandemia global de hepatite.

Consequentemente, a inovação existe apenas para aqueles que podem pagar preços altos. Quem não pode pagar deve morrer sem exigir preços mais baixos, pois isso pode afetar a inovação e prejudicar a salvação daqueles que podem pagar. Essa violência estrutural foi naturalizada e significa a exclusão daqueles que não são consumidores atrativos. Em linguagem econômica, “custos improdutivos”. Com esta carta, levantamos nossas vozes para dizer que é totalmente antiético aceitar que essa realidade siga existindo. Exigimos mudanças, e isso começa por não aceitar o que é considerado inevitável.

Escrevemos esta carta em memória de todas as pessoas na América Latina que perderam a vida devido a essa injustiça. Recuando ainda mais em nossa história, escrevemos esta carta em memória de todos aqueles que perderam suas vidas devido à brutal colonização de nossos territórios. As patentes farmacêuticas aplicam o mesmo espírito colonizador no território do conhecimento. Isso não é por acaso, as desigualdades na saúde que derivam do sistema de patentes têm suas raízes no racismo. Os altos preços dos medicamentos existem não apenas para agradar acionistas, mas também para enfatizar que os medicamentos não são destinados a certas populações, como já foi declarado pelo CEO de uma empresa farmacêutica transnacional². A falta de pesquisas sobre doenças que afetam desproporcionalmente nossa região e outras regiões periféricas também é uma escolha racista daqueles que controlam o fluxo de inovação e expropriam constantemente nossas oportunidades de desenvolver nossas próprias capacidades de pesquisa.

Se hoje temos um entendimento comum de que seres humanos não são propriedade, o mesmo deve se aplicar ao conhecimento médico que pode salvar vidas humanas. No entanto, a mesma ideologia liberal, que uma vez foi aplicada para justificar o sistema de escravidão, é agora usada para defender o sistema de patentes, independentemente de quantas vidas sejam necessárias para sustentar seu funcionamento. É hora de desafiar essa lógica perversa de uma vez por todas, pois, um dia, iremos nos lembrar das patentes de medicamentos como hoje nos lembramos da escravidão.

² Em 3 de dezembro de 2013, o CEO da Bayer, Marijn Dekkers, disse em um evento: “Nós não desenvolvemos este medicamento para os índios. Nós o desenvolvemos para pacientes ocidentais que podem pagar” — referindo-se ao medicamento para câncer sorafenibe.

Nesta crise da Covid-19, conhecemos o destino reservado à nossa região: nem devidamente qualificada para receber investimentos globais nem pobre o suficiente para receber caridade. Somos nós que pagamos a conta, aprisionados em dívidas públicas e deixados para lamentar mais uma vez nossas comunidades devastadas. As soluções propostas para “acesso e distribuição justa e equitativa” não atendem ao nosso povo e nada mais serão do que palavras vazias, a menos que descolonizemos o sistema de inovação médica e promovamos uma reforma global para excluir produtos farmacêuticos e outros bens essenciais de saúde do patenteamento. Essa é a única maneira de restaurar o senso de humanidade comum e honrar todas as vidas perdidas em razão dos monopólios sobre medicamentos essenciais. O conhecimento e a inventividade humana não são escassos, apenas nossa imaginação política que o é. Há um futuro melhor esperando por nós, onde o direito à saúde não é negociado. Podemos chegar lá a tempo, e chegaremos, se formos além do que temos tentado.

Os mecanismos voluntários possuem as melhores intenções, mas são muito frágeis para reverter décadas de genocídio e de impunidade. O *slogan* de uma “vacina do povo” só pode ser levado a sério se, por “povo”, também quisermos dizer todas as vidas perdidas por falta de acesso a vacinas monopolizadas e consideradas como artigos de luxo até hoje, e se, em suas memórias, garantirmos que nenhuma vacina será monopolizada novamente. O conceito de “bem público global” somente nos ajudará se for elaborado com base em uma perspectiva histórica e funcionar em favor de todas as populações que foram expropriadas de seus recursos e conhecimentos e agora só têm a opção de implorar pela ajuda dos próprios arquitetos de sua miséria. Nesse sentido, o compartilhamento de conhecimento deve ser visto como uma obrigação moral.

À luz de todas as considerações acima, temos uma única demanda: a suspensão do Acordo sobre Aspectos dos Direitos de Propriedade Intelectual Relacionados ao Comércio (TRIPS), da OMC, nos casos de tecnologias essenciais de saúde. Isso deve ser proposto na próxima reunião do Conselho TRIPS da OMC, programada para outubro de 2020. Esta carta é destinada a todos os delegados que participarão dessa reunião e que foram selecionados pela história para encerrar a segunda escravidão.